

SELMA F. MENDONÇA CABOATAN

INCLUSÃO: APRENDIZAGEM OU CONVIVÊNCIA

SÃO PAULO

2008

SELMA F. MENDONÇA CABOATAN

INCLUSÃO: APRENDIZAGEM OU CONVIVÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para aprovação em Curso de Especialização Latu Sensu em Distúrbios de Aprendizagem à Disciplina de Oftalmologia da Faculdade de Medicina do ABC / CDRA – Centro em Distúrbios da Aprendizagem (Pedagogia).

Orientador: Prof^o Orientador Luiz Felipe Motta Ramos

SÃO PAULO

2008

Dedico este trabalho ao meu amado esposo pelo imenso amor, pelo apoio, pela paciência e compreensão e por enfrentar ao meu lado todas as dificuldades no decorrer desses anos e aos meus filhos por torcerem e me incentivarem nos momentos difíceis dessa caminhada.

Agradeço a Deus, aos meus colegas de turma, os professores e especialmente ao orientador Prof^o. Luiz Felipe Motta Ramos.

“Uma grande escola exigirá docentes competentes, abertos para o mundo e para o saber, sempre de novo redefinidos. Uma grande escola exigirá espaços físicos, culturais, sociais e artísticos, equipados que abriguem toda a sabedoria acumulada da humanidade e toda a esperança de futuro – que não seja continuidade do presente, porque este está em ritmo de barbárie – mas seja sua ultrapassagem.

Uma grande escola exigirá tempo. Tempo de encontro, de encanto, de canto, de poesia, de arte, de cultura, de lazer, de discussão, de gratuidade, de ética e de estética, de bem-estar e de bem-querer e de beleza.

Porque escola grande se faz com grandes cabeças (é certo!), mas também com grandes corações, com muitos braços, que se estendem em abraços que animam caminhadas para grandes horizontes”.

Redin

RESUMO

Este trabalho procurou focar os principais aspectos em relação aos conceitos de inclusão, educação especial e educação inclusiva e as suas contribuições para o processo e ensino/aprendizagem na Educação. Tem como objetivos principais oferecer aos educadores e pessoas interessadas no assunto, alguns conceitos simples e, ao mesmo tempo importantes, em relação à utilização da educação inclusiva. Entender como o conceito de escola inclusiva vem sendo utilizado e aplicado, de que forma isso pode estimular o desenvolvimento cognitivo, afetivo e interacional, através da valorização das capacidades básicas do indivíduo, para além da mera convivência. Considerando que na criança o aprendizado está relacionado às suas vivências o processo de inclusão pode ser uma excelente fonte de promoção do aprendizado solidário. A inclusão insere-se como forma de levar à participação em atividades que proporcionam o desenvolvimento do conceito de cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão, educação especial, políticas educacionais, aprendizagem, escola inclusiva.

SUMMARY

This work looked for to focus the main aspects in relation to the concepts of inclusion, special education and inclusive education and its contributions for the process and education/learning in the Education. It has as objective main to offer to the educators and people interested in the subject, some simple concepts e, at the same time important, in relation to the use the inclusive education. To understand as to the concept of inclusive school comes being used and applied, of that it forms this can to stimulate the cognitivo, affective and Interactive development, through the valuation of the basic capacities of the individual, stops beyond the mere convivência. Considering that in the child the learning is related to its experiences the inclusion process it can be an excellent source of promotion of the solidary learning. inclusion it is inserted as form to lead to the participation in activities that provide the development of the citizenship concept.

KEYWORDS: inclusion, special education, educational politics, learning, inclusive school.

Sumário

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - A CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE INCLUSÃO.....	18
1.1 Educação Inclusiva ou Educação Especial: Conceitos e Diferenças	21
1.2 As múltiplas faces da inclusão	22
CAPÍTULO II - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	25
2.1. Princípios e objetivos	28
CAPÍTULO III - RESGATANDO O SENTIDO DA INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR.....	31
3.1. O que os Professores precisam saber	34
3.2. Inclusão: um Processo de Construção da Aprendizagem Solidária.....	38
CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

O nosso conjunto de valores é que define o indivíduo como sendo “normal”. Isso não se refere apenas aos portadores de deficiência, mas também estão incluídos “padrões” de beleza, estética e comportamento. Todos os que não se encaixam nesses padrões acabam sendo considerados diferentes e sofrendo discriminação, ficam por assim dizer, apartados da sociedade.

A educação especial assume, a cada ano, importância maior, dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia. Já que a educação especial em seu primeiro momento caracterizava-se pela segregação e exclusão, logo os portadores de necessidades especiais eram simplesmente ignorados, evitados, abandonados ou encarcerados e muitas vezes eliminados.

Por mais paradoxais e contraditórios que possam parecer, esses aspectos vêm se refletindo conjuntamente nos sistemas educacionais muito embora esses reflexos gerem conseqüências inevitáveis para a educação especial já que a humanidade prima pela igualdade de valores dos seres humanos e, pela garantia dos direitos entre eles. Por outro lado, essa mesma humanidade exclui de um ritmo de produção cada vez mais vital à crescente competitividade, pela dificuldade de exercer o pleno dever de cidadão de uma humanidade trabalhadora, produtiva, participativa e contribuinte.

Hoje, não se entende mais que aos deficientes se adequem a sociedade pré-estabelecida. A sociedade é tem que se repensar e replanejar para eliminar as barreiras físicas e atitudinais, para que todas as pessoas, portadores de necessidades especiais ou não, tenham acesso a todas as oportunidades de lazer, trabalho e estudo que a sociedade globalizada oferece.

Os processos de inclusão trazem à tona as desigualdades sociais, as diferenças culturais. A escola acaba projetando que é de toda a sociedade a responsabilidade de incluir, entretanto a resposta educativa necessita de recursos e apoios que ajudarão propiciar o desenvolvimento pleno do indivíduo, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

Uma escola é inclusiva, de fato, quando constrói no seu interior práticas concretas que não discriminam nem excluem nenhum aluno, principalmente aqueles que já trazem consigo um histórico de exclusão e discriminação.

A Educação Inclusiva está voltada para a ação crítica-reflexiva da relação entre políticas públicas e ação da escola. Assim, acredita-se que este tema é de suma importância, pois se deve criar vínculo entre a legislação e a sua efetivação dentro da escola, facilitando o desempenho do trabalho educacional no processo de inclusão, e não criar situações constrangedoras ou de descaso, movidos por receio ou falta de ética.

O problema que norteará o desenvolvimento deste trabalho se baseia na pergunta “É possível ter inclusão com desenvolvimento?”. Dessa forma os principais questionamentos deste trabalho são: Qual é a importância da inclusão? Como e por que é importante estimular o processo de inclusão? O que fazer para que se desenvolva um processo de inclusão onde seja possível, ao mesmo tempo desenvolver e conviver?

Para um aprendizado de qualidade e sem traumas é preciso construir um relacionamento seguro e direcionar o processo de ensino-aprendizagem para que atendas a todos. Compreender a escola inclusiva como um processo que se adquire em etapas e precisa ser elaborada.

Tendo em vista os questionamentos propostos, o objetivo geral é o de resgatar o sentido da inclusão nas escolas. Os objetivos específicos desse trabalho são: verificar os conhecimentos específicos dos professores, reconhecer as adaptações da unidade escolar, discutir sobre o processo de inclusão, perceber a relação complexa entre inclusão e escola.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica. Na introdução foram mostrados os aspectos gerais discutidos durante o corpo do trabalho, a justificativa, os objetivos e a metodologia usada. No Capítulo I foram apresentadas as principais conceituações que do termo inclusão e um breve histórico sobre como se chegou ao atual conceito de inclusão. Buscou-se diferenciar educação inclusiva de educação especial.

O Capítulo II tem como foco principal as políticas públicas educacionais desenvolvidas para a inclusão nas escolas. Discutiram-se, ainda quais os objetivos e princípios que regem essas políticas e como se efetua dentro das escolas.

No Capítulo III temos uma reflexão sobre como está o processo de inclusão e

o que falta para que as escolas sejam escolas, verdadeiramente inclusivas e o que os educadores precisam saber para promoverem a escola inclusiva no Brasil.

A última parte tem caráter conclusivo, porém sem pretender finalizar as discussões sobre o tema. Coloca algumas reflexões e assinala avanços realizados rumo a construção da escola inclusiva e assinala alguns dos obstáculos que ainda precisam ser vencidos para a efetivação de uma sociedade inclusiva.

CAPÍTULO I

A CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE INCLUSÃO

Para entender o significado que a inclusão tem na atualidade, torna-se necessário retomar um pouco da História da Educação no que se refere aos “diferentes” e verificar as diversas etapas pelas quais as sociedades passaram: eliminação, segregação, integração e inclusão.

Na Antigüidade toda pessoa deficiente deveria ser eliminada, pois era sinal de fraqueza ou castigo divino. Com o passar do tempo à eliminação foi substituída pela segregação onde os deficientes eram escondidos dentro de casa ou instituições, mantendo-os longe do convívio social.

A partir de 1970 as escolas passaram a receber alunos especiais, formando classes diferenciadas dentro das escolas comuns. Esse tipo de visão exigia que os alunos especiais se adaptassem ao sistema escolar, excluindo os que não conseguiam. Este tipo de exclusão não ocorre somente com os deficientes, mas também, com relação à cor, religião e origem social.

A compreensão da História de um povo é fundamental para responder as questões do título, pois reflete a forma de pensar de uma época podendo ser modificada, como já vimos, no decorrer do tempo.

Santos lembra que antes do temos inclusão surgiu o da integração social. De acordo com suas palavras:

A idéia de Integração Social surgiu para acabar com a exclusão. Na década de 60, surgiu um grande número de instituições especializadas, como: escolas especiais, centros de reabilitação, centros de habilitação, oficinas protegidas de trabalho, clubes sociais especiais, associações desportivas especiais. Proporcionando um local exclusivo para que os deficientes pudessem participar de atividades vivenciadas por qualquer cidadão. A idéia de integração social é baseada no princípio da normalização que tinha como pressuposto básico a idéia de que toda pessoa portadora de deficiência, tem o direito a viver um estilo de vida comum à sua própria cultura. Mas isso não deveria ocorrer em instituições que segregassem as pessoas, criando mundos separados embora semelhantes àqueles em que vivem outras pessoas da mesma sociedade (2001, p.19).

Atualmente, podemos considerar como inclusiva uma sociedade onde todos têm o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza, ou seja, na sociedade inclusiva

temos o direito de ser quem quisermos ser. No quadro 1 temos a evolução do conceito de inclusão

QUADRO 1 – TRAJETORIA DA INCLUSÃO

ÉPOCA	ESPECIFICIDADES
Antiguidade	Na Roma Antiga, crianças deformadas eram jogadas nos esgotos
Idade Média	Abrigados nas igrejas ou tinham a função de bobos da corte. Havia até a crença de que deficientes mentais eram seres diabólicos que mereciam ser castigados.
Do Século XVI ao XIX	Isoladas em asilos, conventos e albergues. Surgem algumas instituições fechadas sem tratamento especializado nem programas educacionais.
Século XX	Considerados cidadãos com direitos e deveres na sociedade, mas sob uma perspectiva caritativa. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. "Todo ser humano tem direito à educação."
Década de 60	Familiares se organizam e surgem as primeiras críticas à segregação. Idéia de integração. No Brasil, a Educação Especial aparece pela primeira vez na LDB 4024, de 1961.
Década de 70	Avanço dos EUA em pesquisas e teorias de inclusão para atender aos mutilados da Guerra do Vietnã. Em 1975, o país promulga a Lei 94142, de 1975, que estabelece a modificação dos currículos escolares.
1978	No Brasil, uma emenda à Constituição trata do direito da pessoa deficiente: "É assegurada aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica, especialmente mediante educação especial e gratuita".
Décadas de 80 e 90	Em 1985, a Assembléia Geral da ONU recomenda o ensino de pessoas deficientes no sistema regular.
1988	A Constituição brasileira garante atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
1990	A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, prevê que as necessidades educacionais básicas sejam oferecidas para todos. No Brasil, o ECA reitera o atendimento educacional para portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
1994	Cerca de 80 países assinam a Declaração de Salamanca, que proclama as escolas regulares inclusivas como o meio mais eficaz de combate à discriminação.
1996	No Brasil, a Nova Lei de Diretrizes e Bases, assegura aos portadores de deficiências o direito de estudar em escola regular.

Fonte: Adaptado de Santos (2001).

De acordo com o conceito de sociedade inclusiva, podemos afirmar que a sociedade brasileira, assim como a do mundo inteiro, não é totalmente inclusiva, estamos no estágio da integração, caminhando lentamente para o processo de inclusão de todos.

As mudanças de comportamento, de pensamento, de aceitação ainda estão em construção e necessitam de tempo para consolidarem e ampliarem as práticas inclusivas. Outra vez a História nos mostra que as mudanças de comportamento não ocorrem de uma hora para outra.

Dessa forma, incluir, atualmente possui um significado muito mais abrangente do que se possa imaginar. Inclusão não significa inserir a pessoa com necessidades especiais na sociedade, mas promover a modificação da própria sociedade para a sua aceitação

O processo de inclusão vem ocorrendo com muitas dificuldades, derrotas e algumas vitórias, entretanto há luz no final do túnel. Entendemos que a pedagogia moderna coloca que toda intervenção junto à criança tem que estar justificada para não produzir efeitos frustrantes.

O conceito contemporâneo de inclusão pode ser definido conforme as palavras de Mantoan “é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós... Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro” (2003, p.25).

Precisamos entender que o processo de inclusão vivenciado na atualidade causou mudanças na forma de se pensar e praticar o processo educativo, pois a educação inclusiva não se limita mais a apenas ajudar os alunos que apresentam dificuldades na escola. A inclusão se refere a todos os atores do cenário educativo, isso quer dizer, professores, alunos, administrativo, pais e todos os outros que fazem parte do processo educativo.

A abordagem inclusiva tem uma concepção é considerável, pois é entendida segundo Mantoan (2003) como sendo um forma de educação integrada à comunidade onde todos se interessam por todos os assuntos referentes a comunidade, pois em certo momento se está na escola em outro convivendo na comunidade. Pensando em nossa sociedade, vez mais diversificada, o ensino inclusivo se coloca como uma forma de ensinar aos alunos aceitar a diversidade.

Cada indivíduo que faz parte da sociedade é único. Tem características que são somente suas. Aceitar essa realidade é entender como uns completam os outros, ou melhor, como as diferenças são capazes e igualar.

A capacidade que cada sociedade tem de lidar com suas diferenças será

fundamental no desenvolvimento do conceito de inclusão e da sua prática, livrando os indivíduos de intolerâncias de todos os tipos.

1.1 Educação Inclusiva ou Educação Especial: Conceitos e Diferenças

A inclusão parte do princípio que todo o ser humano deve ter o direito às mesmas chances de aprender e desenvolver suas habilidades. Dessa forma, terá oportunidades de alcançar autonomia social e econômica e poderá integra-se completamente à sua comunidade.

As escolas precisam ser verdadeiramente instituições abertas a todos os alunos, que sejam espaços onde a educação escolar deve ser refletida e efetivada para a formação dos educandos de acordo com suas aptidões e suas características próprias, através de um educar participativo, solidário e que acolha a todas as diferenças. Essa é a Escola Inclusiva.

A educação inclusiva está de portas abertas a diversidade, aos portadores de deficiências ou com distúrbios de aprendizagem em todos os níveis de ensino. A Educação Inclusiva é um espaço aberto para a discussão, a reflexão e a ação para a quebra de paradigmas, voltada para a compreensão de que todas as crianças são capazes de aprender e de fazer parte do convívio escolar de acordo com as suas potencialidades. Devemos compreender que deficiência não é sinônimo de incapacidade.

Incluir é possibilitar a todas as pessoas o direito de se reconhecerem e se relacionarem. Uma Escola Inclusiva não procura minimizar ou até mesmo ignorar as diferenças, mas busca a aceitação e o entendimento de que todos pertencem a uma mesma comunidade escolar, independentemente de sua condição. Assim cabe a Escola Inclusiva e todos os seus membros, proporcionar oportunidades para que se desenvolvam amizades, parcerias, identidade, respeito e solidariedade, desmistificando o aluno com necessidades especiais, vencendo preconceitos.

Santos enfatiza que em uma “escola inclusiva, as crianças com necessidades educacionais especiais devem receber todo apoio extra que elas possam requerer para garantir sua educação eficaz. A escolarização inclusiva é o meio mais eficaz para se formar solidariedade entre crianças com necessidades especiais e seus colegas” (ob.cit:12)

A Educação especial se diferencia da Educação Inclusiva, pois o ensino especial tem sua origem nas escolas exclusivas para portadores de deficiências que não faziam parte do ensino regular. Tinha como pressuposto que as crianças especiais não poderiam freqüentar a escola regular.

Santos lembra “a educação especial baseou-se em uma concepção de reeducação através de métodos comportamentais, supondo que bastariam técnicas de estimulação especiais para as crianças alcançarem um nível “normal” de desenvolvimento” (ob.cit:16), por isso importante deixar claro que educação Especial não é sinônimo de Educação Inclusiva.

De acordo com o documento especial de Política Nacional de Educação Especial:

A Educação Especial é definida, a partir da LDBEN 9394/96, como uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino. Esta definição permite desvincular “educação especial” de “escola especial”. Permite também, tomar a educação especial como um recurso que beneficia a todos os educandos e que atravessa o trabalho do professor com toda a diversidade que constitui o seu grupo de alunos. Podemos dizer que se faz necessário propor alternativas inclusivas para a educação e não apenas para a escola. A escola integra o sistema educacional (conselhos, serviços de apoio e outros), que se efetiva promotora de relações de ensino e aprendizagem, através de diferentes metodologias, todas elas alicerçadas nas diretrizes de ensino nacionais. (BRASÍLIA, 2008, p.09)

Resumindo a Educação especial pode ser entendida a necessidade de promover o desenvolvimento das pessoas portadoras de necessidades especiais, cujas bases se fundamentam em referenciais teóricos e práticos para as especificidades de cada deficiência.

1.2 As múltiplas faces da inclusão

Conforme vimos a inclusão não se refere apenas as pessoas portadoras de deficiências, por isso temos que ampliar a nossa visão para além dos nossos conceitos do que são pessoas deficientes. Quando se fala em inclusão a maioria das pessoas ainda cria uma imagem permeada por uma concepção de deficiência, que pode ser auditiva, visual, física ou qualquer outra.

Isto acontece automaticamente, pois o conceito de inclusão ainda está se firmando dentro da sociedade que permanece preconceituosa e estigmatizadora de tudo que é diferente que foge aos padrões pré-estabelecidos não se sabe por quem.

De acordo Santos (2001) muitas barreiras precisam ser vencidas para que haja inclusão. Entre as principais temos: a atitudinal, a da existência de ambientes acessíveis, a vontade de mudar e, principalmente a da informação “não preconceituosa”¹.

A construção de uma escola inclusiva é, na realidade, um processo fundamental para a transformação da sociedade em um local mais justo e solidário. Assim sendo, há que se entenderem todas as faces que da inclusão que se encontra na sociedade. A inclusão tem raízes em todos os segmentos da sociedade.

No âmbito escolar, a inclusão refere-se ao processo de educar e ensinar, no mesmo grupo, crianças como ou sem necessidades educacionais especiais, durante o tempo que permanecem na escola, com a garantia de que todos possam aprender e se desenvolver em sua totalidade.

Diante dessa face da inclusão, todas as escolas deveriam estar preparadas, nos seus aspectos físicos e pedagógicos para receber e atender a todo tipo de aluno, respeitando-os em suas diferenças e educando-os de acordo com seus ritmos e potencialidades.

A principal finalidade da Educação é formar cidadãos conscientes e participativos, ela não especifica quem são ou como devem ser. Assim, a face primordial da inclusão é considerar a diferença como algo inerente na relação entre os seres humanos. É a sociedade que se adapta não o indivíduo. Como Santos destaca:

A comunidade acadêmica não pode continuar a pensar que só há um único modelo de cientificidade e uma única epistemologia e que, no fundo, todo o resto é um saber vulgar, um senso comum que ela contesta em todos os níveis de ensino e de produção do conhecimento. A idéia de que nosso universo de conhecimento é muito mais amplo do que aquele que cabe no paradigma da ciência moderna traz a ciência para um campo de luta mais igual, em que ela tem de reconhecer e se aproximar de outras formas de entendimento e perder a posição hegemônica em que se mantém, ignorando o que foge aos seus domínios (ob.cit:12-13).

A inclusão reforça a idéia de que as diferenças são aceitas e respeitadas em todos os aspectos da vida em sociedade. Mudar nem sempre é fácil, mas quando se fala em pessoas, sempre compensa. Todo o processo de mudança nunca é simples. Na verdade, ainda é muito difícil encontrar indivíduos que afirmem estar preparados para receberem imprevisto.

¹Não basta apenas informar. É preciso utilizar informações que não tragam nas entrelinhas conceitos preconceituosos, como o caso de algumas propagandas de produtos que dão a entender que você só será aceita se for de determinada forma.

Esta nova forma de entender as relações humanas por meio das suas multifacetadas pede passagem e exige uma nova postura no processo de construção da escola para o futuro e não apenas do futuro. Entendendo-se isso, é possível compreender melhor esta nova sociedade como fruto deste.

Com base nesse conhecimento se pode analisar e refletir sobre a temática da inclusão tanto na escola como na sociedade, para uma prática educacional mais consciente e crítica do processo de ensino/aprendizagem.

Conhecer e conseguir ingressar nas profundezas do que guarda a concepção de inclusão é condição “sine qua non”² para que se possa planejar e propor atividades e interações que realmente promovam a participação, a integração e principalmente a inclusão, não somente do grupo de alunos mas, principalmente, de todos os indivíduos de uma sociedade.

² Do latim: indispensável

CAPÍTULO II

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A luta por um mundo mais justo e solidário, a busca pelo desenvolvimento da cidadania crítica acabou por demandar novas políticas públicas voltadas para as crianças com necessidades especiais, alterando contextos, relacionamentos e práticas educativas e administrativas das escolas. Demandou a readaptação de currículos e dos projetos políticos pedagógicos para que a escola pudesse se transformar e efetivar a educação inclusiva, com qualidade.

Em 1994, com a Declaração de Salamanca surgiu o primeiro documento internacional que trazia o conceito de inclusão. A Declaração de Salamanca tem como conceitos fundamentais:

A abordagem de educação inclusiva impõe capacitar escolas comuns para atender todos os alunos, em particular aqueles que são portadores de necessidades especiais. O princípio da inclusão consiste no reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo à "escola para todos". As escolas regulares com uma orientação inclusiva são o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva... Todos os governos devem adotar em suas leis e políticas o princípio da educação inclusiva... O desafio para uma escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia centrada no aluno, uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências severas (apud SANTOS, 2001, p. 31-32).

Na verdade, desde o início, a política educacional demonstra que a aprendizagem, conhecimento, crescimento do indivíduo estão sempre ancorados no que o Estado deseja e impõe. O documento especial sobre Política Nacional de Educação Especial lembra:

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASÍLIA, 2008, p.03)

Com a Constituição Cidadã, inicia-se uma nova etapa, caracterizada pela reorganização do ensino em bases mais democráticas, que culmina, em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394. As principais leis que regulamentam a Educação Especial no Brasil conforme o

documento especial sobre Política Nacional de Educação Especial (2008)

- Constituição Federal de 1988: um dos seus objetivos fundamentais é o colocado no artigo 3º que garante que não pode haver discriminação de nenhum tipo. Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, no artigo 208, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino;
- Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional): no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. O artigo 24 define as normas para a organização da educação básica e coloca a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” e o artigo 37 complementa “..oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” ;
- Lei nº 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): o artigo 53º artigo 55, reforça os dispositivos legais ao determinar que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.
- Resolução CNE/CEB Nº 2 (11/09/2001) que Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica: As Diretrizes ampliam o caráter da educação especial para realizar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar a escolarização, porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializa a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino prevista no seu artigo 2º;

- O Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001): destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

É ingênuo acreditar na possibilidade de tais “parâmetros legais inclusivos” promoverem um processo de motivação ampla pelas diversas áreas do saber, pesquisa e continuidade de ações, considerando não somente o conhecimento acumulado, mas também a sua articulação com as realidades local e global.

O que se quer é uma teoria que se adapte à realidade e que esta não seja obrigada a se adaptar a uma teoria elaborada em gabinetes. É necessário um ministério se seja capaz de interpretar a realidade em que vive os docentes, a escola e oferecer uma proposta baseada nesta realidade, promovendo transformações no sistema educativo.

Assim, apesar do transcurso histórico destes 500 anos, ainda há muito a evoluir nas questões educacionais brasileiras, que mantêm inconsistência entre a legislação (os ideais registrados nas leis) e a prática (o contexto real). As inovações e reformulações não melhoraram, na proporção esperada, a qualidade do ensino em todo o território nacional. A Educação Especial ainda não recebeu o tratamento desejado/adequado com relação à aplicação das verbas da educação. Como enfatiza Santos "a provisão de serviços de apoio é de importância primordial para o sucesso das políticas educacionais inclusivas" (ob.cit:31).

Uma importante discussão, além da diferenciação entre educação especial e educação inclusiva se deve entender os diferentes objetivos da e da inclusão. Mantoan sugere:

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades (ob.cit:16).

2.1. Princípios e objetivos

O documento especial de Política Nacional de Educação Especial assinala:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (ob.cit:12)

Há, na realidade, uma grande diferença entre a teoria e a prática. Na letra da lei está presente a igualdade de oportunidades a todos, indistintamente, mas no dia-a-dia percebe-se a desigualdade no ensino e a falta de acesso, de uma grande camada da população, a uma educação com a qualidade prevista nos instrumentos legais.

Faltam profissionais qualificados; faltam investimentos/recursos financeiros internos e externos, públicos e privados para fazer frente às necessidades da educação nacional; falta a opção de toda a sociedade pela educação pública de qualidade, pois a partir de tal opção as reivindicações seriam mais claras e dirigidas. Na realidade a instituição escolar deveria ser um equipamento determinante, com condições de indicar e estabelecer o modelo socioeconômico ao invés de ser definida por ele.

Na verdade, o modelo de estrutura escolar foi e ainda está baseado em parâmetros baseados no acúmulo de capital das elites. E a educação não tem conseguido influenciar a sociedade como um todo no sentido de transformá-la, pois está condicionada a manter o “status quo”.

Nesse contexto, os planos de educação inclusiva foram vários e diversas foram as iniciativas colocadas à prova, no entanto, as políticas implementadas por sucessivos governos, em diferentes esferas de poder, não conseguiram romper com o paradigma da sociedade que vem se reproduzindo ao longo das décadas.

Pode-se constatar que nenhuma reforma ou lei conseguiu alcançar totalmente os verdadeiros fins e objetivos da educação inclusiva. Esses objetivos transformam-

se dinamicamente, sobretudo nos dias atuais, mediante as significativas mudanças que estão acontecendo no mundo contemporâneo e que caracterizam esta sociedade do conhecimento e da informação que determina novas demandas para o sistema educacional e pressiona a educação a assumir novos papéis.

Os efeitos de algumas reformas que temos vivenciado em nosso país também merecem as mesmas preocupações e análises, especialmente a da escola inclusiva, uma profunda mudança proposta na cultura escolar.

Lembramos que a finalidade da inclusão é de que pessoas com necessidades especiais busquem seu desenvolvimento para poder exercer sua cidadania e o principal pré-requisito para alcançar esse objetivo é a modificação da sociedade pelo processo educativo.

Ao definirmos uma ação educativa nos deparamos com a questão dos fins ou objetivos a que se destina a educação. O objetivo fundamental do educar consiste no resgate da dimensão crítica da educação e isto nos distancia de uma proposta educacional que vise reproduzir valores e moldar o aluno.

O princípio e, ao mesmo tempo objetivo fundamental de todas as políticas públicas voltadas para a inclusão é reconhecer a diversidade, não apenas no papel, mas como sendo inerente ao próprio ser humano. Garantir o acesso e a participação a todos independentemente de suas especificidades.

Entretanto, Mantoan ressalta “mesmo sob a garantia da lei, podemos encaminhar o conceito de diferença para a vala dos preconceitos, da discriminação, da exclusão, como tem acontecido com a maioria de nossas políticas educacionais. Temos de ficar atentos” (ob.cit:21).

Uma grande falha das políticas relativas a inclusão, em âmbito escolar, é que colocam todo o peso do seu sucesso na ação do professor, ele fica sendo o responsável pelo sucesso ou fracasso. Sim, o professor é um agente fundamental nesse processo, mas não é o único.

A aprendizagem dos alunos e a construção da escola inclusiva não só dos professores, mas de todos que estejam envolvidos de alguma forma, no processo educativo³. Acreditar que apenas mudanças na metodologia dos professores serão capazes de alcançar o objetivo proposto pela legislação é pensar na inclusão de maneira simplificada. Essa visão não dá conta da realidade de nossas escolas e da

³ Professores, diretores, coordenadores, Secretaria de Educação, subprefeituras, pais, comunidade entre muitos outros.

sociedade.

Nessa perspectiva, a inclusão deixa de ser uma preocupação apenas dos governantes, especialistas ou um grupo de teóricos ganha a dimensão de uma questão mundial. As instituições educativas foram criadas para promover e expandir as regras de convívio socialmente aceitas, mas acabaram por reforçar a discriminação, a classificar e hierarquizar os cidadãos justamente a partir de suas diferenças.

CAPÍTULO III

RESGATANDO O SENTIDO DA INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR

Segundo o documento especial sobre Política Nacional de Educação Especial:

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas (BRASÍLIA, 2008, p.4)

Assim, a finalidade deste capítulo é refletir sobre a prática inclusiva da atualidade e a necessidade de se construir uma escola pública de qualidade, tornando o espaço escolar um lugar de prazer e saber. A escola deve refletir sempre sobre suas ações, revendo seus referenciais e avançando do trabalho individual para a construção coletiva, do burocrático para o participativo e do julgamento para a valorização.

A história da educação também evidencia as diferentes fases pelas quais passou a sociedade até chegarmos ao conceito de inclusão. Essas fases foram descritas por Santos como sendo:

1. Fase de Exclusão: Nenhuma atenção educacional. A sociedade simplesmente ignorava, rejeitava, perseguia e explorava estas pessoas, então consideradas "possuídas por maus espíritos ou vítimas da sina diabólica e feitiçaria." **2. Fase de segregação institucional:** Excluídos da sociedade e da família, pessoas deficientes eram geralmente atendidas em instituições por motivos religiosos ou filantrópicos e tinham pouco ou nenhum controle sobre a qualidade da atenção recebida. **3. Fase de Integração:** Surgiram as classes especiais dentro das escolas comuns, o que aconteceu não por motivos humanitários e sim para garantir que as crianças deficientes não "interferissem no ensino" ou não "absorvessem as energias do professor" a tal ponto que o impedissem de "instruir adequadamente o número de alunos geralmente matriculados numa classe". **4. Fase de Inclusão:** Países desenvolvidos como os EUA, o Canadá, assim como Espanha e a Itália foram pioneiros na implantação de classes inclusivas e de escolas inclusivas. Boa parte da literatura pertinente às práticas inclusivistas na educação começa na década de 90 (ob.cit:29-30)

No início, dentro da escola, a exclusão foi legitimada. Quando do advento da democratização houve um paradoxo dentro das escolas: inclusão ou exclusão.

Diante da necessidade de aceitar a inclusão dentro dos seus muros a escola optou simplesmente por conviver com o “diferente” como se fosse um favor que concedia. Assim, a exclusão permaneceu, sob formas distintas, dentro da escola.

A partir do conceito de educação inclusiva e não mais o de educação especial surgiu a necessidade de se ressignificar os conceitos e práticas dentro das escolas. Apenas aceitar o convívio não é mais a meta da educação inclusiva. Por isso a escola precisa coordenar o processo implantação, desenvolvimento e apoio às práticas em relação a construção da nova educação inclusiva.

É possível afirmar que o processo de inclusão causou certo impacto inicial sobre a escola e as práticas docentes. O processo de inclusão vem alterando a estrutura educacional, pois antes se baseava o processo de ensino nos conteúdos a serem dominados, hoje está sendo priorizado o aluno como construtor de conhecimentos.

Assim, o que ocorreu foi que a organização estrutural da escola tem buscado entender as novas propostas de inclusão a partir do paradigma antigo da escola tradicional e, conseqüentemente não consegue assimilar a inclusão, desperdiçando espaços, profissionais, tempo e recursos financeiros, sem conseguir os resultados esperados.

Podemos afirmar que as múltiplas iniciativas no sentido de transformar a escola pública em escola inclusiva confluíram para um discurso comum, mesmo que inspiradas por ideais em diversos campos políticos e, sabidamente, tendo objetivos e estratégias bem diferentes.

O centro das preocupações de todas as propostas pode ser apontado em torno de: a extensão do direito à escola para toda a sociedade; a escola ampliando suas funções – além de acesso à informação, possibilitar uma formação mais ampla de seus educandos; maior sintonia da escolarização com as demandas de uma sociedade contemporânea.

Como processo educacional, a inclusão está relacionada à qualidade da gestão escolar, que deve ter por objetivo primeiro, criar condições organizacionais de trabalho, a fim de propiciar situações favoráveis à aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos. Isto requer da equipe gestora conhecimento, capacidade de reflexão e apreciação, competência e atitude democrática.

A escola necessita atualizar-se para que possa atender às diversidades. Mantoan entende que “uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como

propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora para todos os que dela participam” (2003, p.15).

A reorganização da escola visando a atender às mudanças necessárias para que se torne um lugar para todos, sem discriminação alguma, depende fundamentalmente do planejamento do Projeto Político Pedagógico, elaborado com a participação de todos os que fazem parte da escola (educadores, pais, alunos e funcionários). Esse projeto é de suma importância para que as metas da escola sejam delineadas, com responsabilidade e de acordo com a realidade onde ela está inserida.

O quadro 2 demonstra os diferentes contextos que precisam ser abrangidos e considerados para que a escola possa ser inclusiva.

QUADRO 3 – ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS NA ESCOLA INCLUSIVA

ÂMBITOS	DIMENSÕES	ASPECTOS
Contexto Educacional	<ul style="list-style-type: none"> • A instituição escolar • A ação pedagógica 	<ul style="list-style-type: none"> • Filosóficos: valores e crenças • Estrutura organizacional • Funcionamento organizacional • O professor • A sala de aula • Recursos de ensino-aprendizagem • Estratégias metodológicas usadas para o ensino dos conteúdos curriculares • Estratégias de avaliação
Aluno	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de desenvolvimento • Condições pessoais 	<ul style="list-style-type: none"> • Características funcionais • Competências curriculares • Natureza das necessidades educacionais
Família	<ul style="list-style-type: none"> • Características do ambiente familiar • Convívio familiar 	<ul style="list-style-type: none"> • Condições físicas da moradia • Cultura, valores e atitudes • Expectativas de futuro • Pessoas que convivem com o aluno • Relações afetivas • Qualidade das comunicações • Oportunidades de desenvolvimento e da conquista da autonomia

Fonte: Brasil (2002, p.51)

Para que a verdadeira inclusão aconteça, é necessário repensar o espaço escolar, a fim de que se possam abolir medidas excludentes, sendo que esse repensar deve ser feito de forma coletiva, buscando transformar a escola,

redefinindo seu papel. A construção de uma escola democrática e inclusiva está relacionada a ações que assegurem um ensino de qualidade, sem discriminação.

Hoje, uma escola deve ser um espaço para a construção da cidadania. Quando isso ocorrer não há porque chamar uma escola de escola inclusiva, pois todas as escolas serão escolas inclusivas, no seu verdadeiro sentido. Resgatando essa premissa estaremos, ao mesmo tempo, resgatando o sentido da inclusão.

Segundo Mantoan examina:

Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabemos, porém, que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele! (ob.cit:16).

Dessa forma, o ensino inclusivo deve ser entendido como um direito fundamentado no sentido de evitar que se perpetue a segregação e o preconceito entre os alunos, pois quando se tornarem adultos poderão se transformar multiplicadores da inclusão dentro das relações estabelecidas no seio da sociedade.

Nesse contexto, os objetivos da escola inclusiva são, conforme Santos (2001), possibilitar a organização de salas inclusivas, cujo princípio é uma filosofia na qual todos possam aprender e fazer parte da vida escolar e desenvolver estratégias práticas que tirem proveito das diferenças entre os alunos e da equipe escolar, para melhorar o sucesso social e a realização educacional de todos os alunos, onde a diversidade seja valorizada.

3.1. O que os Professores precisam saber

Iniciamos com a afirmação de Santos que recorda "A preparação adequada de todo o pessoal de educação constitui um fator-chave na promoção do programa em direção às escolas inclusivas." (ob.cit:p27). Completamos que além da preparação é fundamental informação e, na maioria das escolas é isso que falta.

A angústia de não saber como agir com estes alunos leva aos membros da escola a solicitar métodos, técnicas e à solicitação de laudos como forma de tamponar a angústia que a inclusão de crianças com sérios distúrbios de desenvolvimento provoca.

É por isso que a supervisão escolar deve atuar de forma efetiva, dando suporte aos profissionais da educação na efetivação da proposta de inclusão.

Segundo Santos

A atuação do professor perante aos comportamentos que se mostrem inadequados ser segura e tranqüila, sem atrair muito a atenção para estes comportamentos, evitando críticas públicas. O professor deve manter suas reações dentro de critérios que possam ser reconhecidos pelos alunos, para que eles saibam o que esperar de suas atitudes. O professor deve, tanto quanto possível, evitar delegar a outros profissionais da escola os problemas relativos à turma, para que suas decisões tenham sempre o reconhecimento dos alunos e demonstrem autoridade nas decisões com respeito às infrações (ob.cit:52).

O educador deve buscar na supervisão o auxílio, o apoio, a sugestão, o acompanhamento para que a comunicação estabeleça um vínculo em comum de maneira clara e explícita, ele não deve achar vergonhoso ou de incompetência a atitude de recorrer ou de trocar informações. A falta de informação e o despreparo teórico podem levar tanto o Supervisor como o professor à queda de qualidade no ambiente escolar e a não efetivação das praticas inclusivas.

Os professores precisam lembrar que o seu papel é fundamental para que se consiga uma escola inclusiva e para a inserção dos portadores de deficiência. Para que isso ocorra os professores precisam entender que é preciso levar as crianças ao máximo de suas potencialidades. Isso requer conhecimento e prática.

Pensando dessa forma, os professores precisam ter em mente que o processo de construção da escola inclusiva leva tempo e depende de ações contínuas, pensadas em longo prazo.

Os professores têm direito a preparação e capacitação que deverá ser efetuada por meio das políticas educacionais. Para atender a especificidades da educação do século XXI os educadores precisam promover novas práticas pedagógicas.

Ser educador é independente de ter ou não alunos especiais, buscar compreender as diversidades dos seus alunos, buscando estratégias pedagógicas para promover desenvolvimento a todos durante o processo de mediação da construção do conhecimento.

No quadro abaixo algumas dicas importantes aos educadores para a sua prática diária.

QUADRO 3 – DICAS PARA OS EDUCADORES

DEFICIÊNCIA	DICAS
Deficiência motora	<ul style="list-style-type: none"> • É importante que a sala de aula seja no térreo ou que a escola possua rampas. Se isso não for possível, é necessário um corrimão de cada lado em todas as escadas. • Nos banheiros, as portas devem ser largas o suficiente para as manobras das cadeiras de roda e possuir um símbolo de acesso para os portadores de deficiência. As mesas e cadeiras devem proporcionar uma posição confortável e o equilíbrio necessário para a segurança. • Responder as perguntas de uma maneira honesta ou, se for o caso, dizer que não sabe. Recorrer aos gestos e à mímica se houver dificuldade de entendimento na comunicação oral.
Deficiência auditiva	<ul style="list-style-type: none"> • Colocar o aluno em uma posição que lhe permita seguir facilmente aquilo que se passa, como na 2ª fila. • Explique o conteúdo da matéria com imagens e certifique-se de que está bem de frente para o aluno. Fale devagar e naturalmente. • Aceite todas as linguagens gestuais e não estranhe a pobreza de vocabulário. • Proporcione as mesmas atividades escolares e recreativas igualmente para todas as crianças.
Deficiência visual	<ul style="list-style-type: none"> • Caminhar em linha reta, até que ele consiga fazer o trajeto sozinho. Deixe-o seguir o seu ritmo e ofereça seu braço. Nas passagens estreitas onde cabe apenas uma pessoa, siga adiante e diga a ele o que se passa. • Dê uma volta completa na sala para que ele entenda a disposição dos móveis e do quadro. São informações úteis ao aluno os percursos de toda a escola, incluindo as curvas, as inclinações, as subidas e as descidas, as correntes de ar. Se houver alguma mudança na sala de aula, ponha-o ciente de tudo. Avise-o onde começa e onde termina uma escada. • Leia alto aquilo que escrever no quadro negro para que o aluno consiga acompanhar o raciocínio. Se puder usar ilustrações em alto relevo, três dimensões, use-as para que ele possa observar pelo tato. • É importante não esquecer que a leitura em Braille é mais lenta do que a comum. Às vezes esses alunos carecem de lupa e ampliações e as letras devem ser feitas mais espaçadas e maiores. • "Ali", "aqui" não são expressões esclarecedoras para os portadores de deficiência visual. É necessário dizer com precisão os lugares como: "atrás de você" ou "à sua frente". • Sempre que se dirigir a ele, diga seu nome e quando for embora, despeça-se. Se entrar alguém estranho na turma, coloque-o a par. • Descreva sempre o que pretende que ela faça. Na hora da refeição, diga-lhe o que vai comer. • Organize jogos como cabra-cega para que as outras crianças consigam perceber as dificuldades enfrentadas pelo colega.
Deficiência mental	<ul style="list-style-type: none"> • Acredite que ele tem potencial para aprender e que a escola pode beneficiá-lo. Facilite sua integração e estimule-o a cooperar, mas dê mais tempo para cada atividade, é necessário um ritmo adequado a ele. • São importantes a música, os trabalhos manuais, a educação física, a expressão plástica e as atividades diárias. Promova amplos contatos da turma.

Fonte: Adaptado de Ministério do Bem estar Social (2002)

Os educadores, em geral encontram dificuldades nesse processo de inclusão. Não apenas por métodos e técnicas para ensinar as crianças com distúrbios no desenvolvimento, mas também pelo temor, diante do sistema educacional e social, de serem cobrados e avaliados como incompetentes ao não conseguirem atingir o objetivo de alfabetizar essas crianças.

O educador não pode se recusar a aceitar ou lecionar em salas que tenham pessoas especiais, mas a escola está obrigada por lei a fornecer estrutura e apoio pedagógico ao professor. Sabe-se que isso não vem ocorrendo o que tem dificultado a execução de um bom trabalho. O professor não pode se calar caso isso esteja acontecendo. Deve perder o medo e recorrer aos órgãos competentes para que isso seja resolvido. Segundo Mantoan

... uma escola se distingue por um ensino de qualidade, capaz de formar dentro dos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando promove a interatividade entre os alunos, entre as disciplinas curriculares, entre a escola e seu entorno, entre as famílias e o projeto escolar. Definimos um ensino de qualidade a partir de critérios de trabalho pedagógico que implicam em formação de redes de saberes e de relações, que se enredam por caminhos imprevisíveis para chegar ao conhecimento (ob.cit:34)

O professor, sozinho, tem seu raio de ação limitado, pois a escola inclusiva requer um complexo sistema de apoio. São muitas as questões que o educador tem de enfrentar no cotidiano da sua sala de aula, por isso é necessário a motivação de uma equipe que pense o trabalho educativo nos seus mais diversos campos do conhecimento.

A solicitação de recursos diferenciados como profissionais especializados ou algum equipamento, geralmente ocorre quando o professor utilizou todos os recursos e, nem sempre é rápida. As orientações ou visitas de profissionais costumam demorar e muitas vezes nem ocorrem deixando o educador sozinho.

O princípio democrático da educação para todos é o que fundamenta a educação inclusiva e só se evidencia nas escolas que se vêem, de fato, todos os alunos com ou sem deficiência.

Concluindo, Mantoan considera:

Estou convicta de que todos nós, professores, sabemos que é preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e mesmo de fora delas e que os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos. É fácil receber os "alunos que aprendem apesar da escola" e é mais fácil ainda encaminhar, para as classes e escolas especiais, os que têm dificuldades de aprendizagem e, sendo ou não deficientes, para os programas de reforço e aceleração. Por meio dessas válvulas de escape, continuamos a discriminar os alunos que

não damos conta de ensinar. Estamos habituados a repassar nossos problemas para outros colegas, os “especializados” e, assim, não recai sobre nossos ombros o peso de nossas limitações profissionais (ob.cit:18).

3.2. Inclusão: um Processo de Construção da Aprendizagem Solidária

Em face das transformações do mundo contemporâneo e dos processos de reestruturação produtiva, a inclusão passa a ser vista como resultado da articulação de vários elementos, subjetivos e objetivos, tais como: natureza das relações sociais vividas pelos indivíduos, escolaridade, acesso a informação, a saberes, a manifestações científicas e culturais, além da duração e da profundidade das experiências vivenciadas, tanto na vida social quanto no mundo do trabalho.

Conforme se tem aprendido, por meio das diferentes teorias sobre o processo de aprendizagem o desenvolvimento humano pode ser entendido como sendo uma interação entre o ambiente físico/social e os próprios indivíduos. Assim, a aprendizagem é um processo inseparável do desenvolvimento humano e se desenvolve durante todas as interações que os indivíduos estabelecem durante a vida, principalmente na fase escolar quando essas relações são mais vivenciadas e interiorizadas.

Diante disso, o primeiro passo no processo educativo é sermos co-autores de nossa própria formação, começando pela tomada de consciência sobre nossa responsabilidade como educadores. Com isso, buscamos através dos suportes teóricos oferecidos mais a o processo de ação-reflexão-ação, uma nova postura pedagógica que contribua na nossa prática docente e na construção de um novo referencial de educação em nosso país.

Por meio de práticas reflexivas, podemos encontrar formas de agir, para que a escola seja repensada, possibilitando, assim, a construção de um projeto político-pedagógico que contemple a inclusão como base de todo o processo de ensino e de aprendizagem. Projeto pensado de forma coletiva, na integração de todos os segmentos da escola, e que tenha por meta a formação de educandos conscientes de seus direitos e comprometidos com o espaço e tempo nos quais vivem.

Hoje, propõe-se uma prática transformadora, dinâmica e inter-relacionada. É preciso, para isso, um trabalho interdisciplinar, redimensionando práticas, assumindo posturas comprometidas com a formação do indivíduo, com o desenvolvimento e o

fortalecimento da vivência das relações democráticas na escola.

Santos (2001) considera que as escolas que pretendem ser inclusivas devem oferecer ambientes favoráveis onde os alunos tenham oportunidades iguais e participação plena. Segundo a autora as:

... escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades (ob.cit: 11-12).

A problemática de trabalho educacional é o processo de construção da aprendizagem. Cada Escola está inserida em uma realidade, o que exige pensar nas suas especificidades. Somente a formação permanente e o exercício do trabalho planejado coletivamente garantirão uma atuação consciente.

Cada um dos alunos tem características diferentes e a escola deve absorver essa diversidade, pois assim será possível construir de um sistema educacional que seja capaz de promover a aprendizagem dos alunos especiais, não apenas possibilitar a sua permanência entre os demais.

Para uma educação solidária é preciso que as escolas tenham ambientes educacionais flexíveis. Mantoan coloca

A escola de qualidade desenvolve um projeto pedagógico centrado no aluno como estratégia de permanência e sucesso na escola assegurando aprendizagem a todos os alunos, um projeto que investe na formação dos professores e profissionais da escola e desenvolve relações de colaboração com a sua comunidade induzindo mudanças positivas a partir do contexto da própria escola... devendo estimular a participação das pessoas para a construção de uma rede de relações que se desenvolvem na família, no trabalho, nas escolas, nos movimentos sociais, capazes de sustentar a proposta de escola inclusiva, aberta para as trocas de conhecimentos e provocando uma mudança coletiva na maneira de pensar e agir (ob.cit:42)

Para Stainback (1999 APUD SANTOS, 2001) existem três fatores fundamentais para a construção de uma escola inclusiva:

1. Rede de apoio: tem a finalidade de orientar e instrumentalizar os educadores, o pessoal de apoio e os alunos através da informação e cursos;
2. Consulta Cooperativa: o desenvolvimento do trabalho em equipe com a intenção de planejar e implementar programas para diferentes alunos. Busca a articulação entre todos os atores envolvidos;
3. Aprendizagem Cooperativa: entende-se como sendo os agrupamentos heterogêneos; o desenvolvimento de atividades voltadas para a instrução e recreação. Esse processo deve se desenvolver em um ambiente de

aprendizado na sala de aula onde, alunos com interesses e habilidades diferenciadas podem atingir seu potencial.

Uma Educação que tem como objetivo o desenvolvimento de cada um dos seus membros, qualquer que for suas diferenças, acabando com a limitação na antes dada aos alunos com necessidades especiais e promovendo a solidariedade, a convivência, a solidariedade entre todos com certeza passa a ser o que podemos dizer uma Educação Especial, pois entende todos como “especiais”.

Mantoan chama a atenção para o fato de que

O ensino curricular de nossas escolas, organizado em disciplinas, isola, separa os conhecimentos, em vez de reconhecer suas inter-relações. Contrariamente, o conhecimento evolui por recomposição, contextualização e integração de saberes em redes de entendimento, não reduz o complexo ao simples, tornando maior a capacidade de reconhecer o caráter multidimensional dos problemas e de suas soluções. Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe (ob.cit:13-14).

Para se alcançar uma educação solidária é preciso rever e recriar o modelo educativo brasileiro. Incentivar as escolas a reconhecerem e valorizarem as diferenças, contestando currículos, facilitações das atividades ou programas de aceleração quando estes não atendem as necessidades das crianças, apenas a dos números e propagandas.

A superação dos modelos tradicionais quer seja pensando em alunos especiais ou não é um dos propósitos da educação inclusiva. A concepção e efetivação do projeto político pedagógico da escola é uma ferramenta fundamental. Entretanto, não um projeto que é concebido somente para efeito burocrático, mas um projeto que seja capaz de ajustar as ações educativas.

Construir solidariamente o conhecimento não é utopia é possível. Não se necessita de práticas pedagógicas e específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade, mas entender os alunos dentro dos seus limites. Isso não significa aceitá-los passivamente, mas explorar convenientemente as possibilidades de cada um buscando a superação dos limites. Afinal, a escola forma gerações inteiras que irão formar novas gerações.

Para que uma Educação baseada em na inclusão ocorra é necessário, que os

sujeitos envolvidos nesse processo, priorizem a reflexão, a problematização, o diálogo, o trabalho sistematizado, a constante avaliação e o prazer de ensinar/aprender. Embora a inclusão seja importante para a Educação, precisa estar inserida dentro de um contexto maior, no projeto político pedagógico, nas práticas na concepção de vida.

A educação inclusiva pode ser compreendida como um instrumento que prepara a criança para se inserir na sociedade de uma forma crítica e atuante, um ser capaz de alterar a sua própria história e ter acesso aos produtos culturais que a Humanidade produziu até hoje. Portanto, a ação pedagógica passa, necessariamente, pela relação que cada educador tem com o próprio processo de ensino/aprendizagem.

CONCLUSÃO

Ainda estamos, neste início de século, vivenciando a transição entre integração e inclusão, sendo que a integração tem o significado de inserir a pessoa deficiente no convívio social e a inclusão, um processo em construção, o de modificar a sociedade para que as pessoas “diferentes” possam ser aceitas como são.

A escola precisa estar preparada para receber esses alunos, por meio da prática de uma política mais ampla que busque a sua inserção, respeitando-os enquanto cidadãos, sujeitos de direitos, resgatando-os das condições adversas a que estão permanentemente expostos e comprometem sua participação social.

Não precisamos lembrar que a educação como está estruturada atualmente não atende as necessidades educacionais especiais. A escola precisa estar preparada para atender adequadamente a todos os alunos, contribuindo para a constituição de uma sociedade inclusiva, mais solidária e comprometida com um dos propósitos mais significativos da escola: humanizar.

Sendo a educação uma necessidade para todos, sem distinção de raça, credo, classe ou gênero, para que a da população seja efetivamente atendida são necessárias ações no sentido político-social e na ressignificação dos conteúdos, para que os mesmos possam fomentar novas mentalidades e mobilizar os atores envolvidos.

A cada dia mais, a discussão sobre os processos de inclusão demonstram que a escola não pode mais segregar os alunos que não se encaixam nos padrões pré-estabelecidos tradicionalmente. Com a evolução dos meios de comunicação, com as novas descobertas nas áreas cognitivas e a crescente mudança de pensamento da sociedade, a inclusão deixou de ser ficção para virar realidade.

Cabe à escola contribuir para a constituição de uma sociedade inclusiva, através da orientação, do acompanhamento e da implementação dos projetos Políticos Pedagógicos, assessorando e estimulando ações inclusivas, ajudando a escola a enfrentar os desafios do cotidiano escolar no processo de inclusão e aceitação da diversidade.

A sociedade precisa ter conhecimento e participar do processo de inclusão, sendo a escola um dos melhores veículos para essa promoção, desde que ela

própria, entenda o seu papel e a sua grande responsabilidade nesse processo.

Compreender a inclusão é compreender mais profundamente a Educação. Não só na sua parte técnica, mas na compreensão de que temos direitos assegurados a uma vida democrática, não importando nossas diferenças individuais.

A Educação Especial acabou por funcionar com um sistema paralelo e não como parte integrante do sistema educacional, talvez por isso esteja sendo substituída pela noção de escola inclusiva.

Uma das razões de ser da inclusão é que as escolas quer particulares ou públicas se vejam obrigadas a se modernizar e reestruturar para que se adaptem às necessidades de cada um de seus alunos, em suas especificidades sem, necessariamente pensarem em educação especial.

Infelizmente, esse caminho é lento e cheio de retrocessos e atalhos que não levam a lugar nenhum. Muitas vezes há a necessidade de se recomeçar, seja por falta de políticas públicas de educação que dêem conta dos novos rumos, seja por desconhecimento das famílias ou acomodação do educadores e do próprio governo.

Entretanto, um ato é marcante, pois ao serem desafiados os professores buscam por conhecimento e lutam por melhorias no sistema educacional para que a inclusão se efetue. Ao perceberem que são capazes, tornam-se melhores educadores e cidadãos.

Ao educador e a escola cabe refletir e descobrir novas formas de pensar e atuar. Mantoan acrescenta

Penso que sempre existe a possibilidade de as pessoas se transformarem, mudarem suas práticas de vida, enxergarem de outros ângulos o mesmo objeto/situação, conseguirem ultrapassar obstáculos que julgam intransponíveis, sentirem-se capazes de realizar o que tanto temiam, serem movidas por novas paixões... Essa transformação move o mundo, modifica-o, torna-o diferente, porque passamos a enxergá-lo e a vivê-lo de um outro modo, que vai atingi-lo concretamente e mudá-lo, ainda que aos poucos e parcialmente (2003, p.07)

Somente uma coisa é certa, quanto mais cedo entendermos o alcance do significado do termo inclusão e a cada dia mais segmentos da sociedade adotarem a inclusão como filosofia de vida, mais rapidamente se efetivará a verdadeira sociedade inclusiva.

Na sociedade inclusiva o valor da igualdade deve ser preservado para possibilitar que todos tenham a oportunidade de serem, ao mesmo tempo, participantes e colaboradores para a construção de uma nova concepção de sociedade. A inclusão

deve garantir a todos o acesso aos bens materiais e imateriais acumulados ao longo da história da humanidade.

A realização desta pesquisa propiciou condições para analisar e refletir criticamente sobre a realidade da Educação inclusiva no Brasil do século XXI. Foi uma forma de perceber e refletir criticamente sobre o novo papel do professor como um profissional reflexivo e investigador da sua própria prática bem como a escola inclusiva pode ser um princípio da construção de uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Avaliação para identificação das necessidades especiais**. Secretaria da Educação Especial. Brasília: MEC; SEESP, 2002.

BRASÍLIA. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASILIA. Ministério do Bem Estar Social. **Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 20 de janeiro de 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

SANTOS, Rosangela Pires dos. **Educação Inclusiva**. São Paulo: iEditora, 2001.